



A SUA EXCELÊNCIA
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

S/074/2023/XII

Assunto: Requerimento ao Governo Regional dos Açores

Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do art.º 182 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do PS/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa., para efeitos de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita dirigidas ao Governo Regional dos Açores.

Horta, 3 de maio de 2023

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Grupo Parlamentar

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'Vasco Alves Cordeiro'.

Vasco Alves Cordeiro



REQUERIMENTO

AS LUTAS INTERNAS DO GOVERNO REGIONAL DA DIREITA ESTÃO A DEGRADAR O SECTOR DA SAÚDE NOS AÇORES

Por mais que o Governo Regional do PSD/CDS-PP/PPM não queira assumir, já é do conhecimento público que, no que respeita a dívidas aos fornecedores na área da saúde, estas apresentam um crescimento de cerca de 4,5 milhões de euros por mês, fixando-se em mais de 222 milhões de euros, no 3.º trimestre de 2022. Ou seja, em setembro de 2022, a dívida a fornecedores dos três Hospitais representava 55% da dívida total de fornecedores do Setor Público Empresarial Regional.

Acrescem a esta degradação financeira outras evidências que indiciam que a área da saúde segue um caminho de degradação de políticas, tendo-se tornado num campo de experimentação no jogo de equilíbrios das diferentes forças partidárias que constituem o Governo da direita, em claro prejuízo do direito ao acesso à saúde por parte dos Açorianos.

Na verdade, conforme foi tornado público, e nunca desmentido, três dias antes de terminar o mandato como presidente do Conselho de Administração do Hospital de Ponta Delgada, portanto em gestão, a nomeada pelo Governo para presidir à Estrutura de Missão para o Acompanhamento do Financiamento da Saúde, criou uma Unidade de Radioncologia, e nomeou a respetiva chefia no Hospital Divino Espírito Santo, não obstante essa unidade de saúde não ter consulta de Radioncologia, nem fazer tratamentos nesta área.



Por outro lado, no passado dia 10 de março, a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, contratualizou com a Universidade Nova de Lisboa, por 62 mil euros, e um prazo de execução de 275 dias, a «Realização de um estudo sobre os custos da insularidade do sistema regional de saúde» (<https://www.base.gov.pt/Base4/pt/detalhe/?type=contratos&id=9858808>), não obstante ter sido criada, 6 dias antes, pela Resolução do Conselho do Governo n.º 43/2023, de 8 de março, a Estrutura de Missão para o Acompanhamento do Financiamento da Saúde, a qual é dirigida por uma presidente, coadjuvada por dois vogais (um elemento do Gabinete do Secretário das Finanças e o subdiretor regional da saúde), podendo ser afetos a esta, a tempo inteiro, ou a tempo parcial, trabalhadores que exerçam funções noutros serviços ou unidades orgânicas dependentes da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública e da Secretaria Regional da Saúde e Desporto

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, através dos Deputados abaixo-assinados, solicitar o seguinte:

1 – Considerando a criação da Estrutura de Missão para o Acompanhamento do Financiamento da Saúde, como se justifica a contratação, por mais de 60 mil euros, para realização de um estudo sobre os custos da insularidade do sistema regional de saúde, 6 dias depois, por ajuste direto, por parte da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, com fundamento em ausência de recursos próprios?

2 – A responsável pela tutela da Saúde tem conhecimento da criação de novas unidades no Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), designadamente de radioncologia, e nomeação das respetivas chefias, aprovadas pelo anterior Conselho de Administração já em gestão corrente?



3 - Qual foi a decisão do atual Conselho de Administração do HDES sobre essas deliberações? Não tendo havido decisão do atual Conselho de Administração, o que é que a responsável pela tutela da Saúde pretende fazer sobre o assunto?

Horta, 2 de maio de 2023

Os Deputados

Tiago Alexandre dos Santos Lopes.

Tiago Lopes

Carlos Silva

Carlos Silva